



ARQUITETOS NA EUROPA, MOBILIDADE E SUSTENTABILIDADE

“Cada Estado-Membro pode ser diferente, porque temos origens culturais e leis de construção diferentes(...). Diria que é essa a vitalidade e a beleza da Europa.”

RUTH SHAGEMANN, ARQUITETA | PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU DOS ARQUITETOS

Por **REDAÇÃO**
Entrevistador **BRUNO MARQUES**
Fotos **NUNO ALMENDRA**

À margem da reunião internacional na sede da Ordem dos Arquitectos, em Lisboa, no âmbito da participação da OA na ENACA - Rede Europeia de Autoridades Competentes dos Arquitectos, a 25 de outubro de 2024, a Secção Regional Norte entrevistou Ruth Shagemann, Presidente do Conselho dos Arquitectos da Europa (CAE).

Como vê a evolução do papel dos arquitetos no quadro mais vasto da União Europeia, particularmente em termos de colaboração transfronteiriça?

Em primeiro lugar, um dos temas mais importantes é o reconhecimento do arquiteto na Europa. A profissão goza do notável privilégio de fazer parte da Diretiva das Qualificações Profissionais (DQP), que é como a Bíblia para o reconhecimento da profissão. Esta diretiva descreve os requisitos mínimos que os arquitetos devem cumprir para obterem o reconhecimento automático e poderem circular na Europa. O outro ponto é que, no DQP, no Anexo 5, são indicadas as escolas e os currículos. Quem possuir uma formação que conste deste anexo, está a dar o primeiro passo para o reconhecimento automático. Por isso, a notificação dos currículos das universidades desempenha um papel importante.

Quais são os principais desafios que os arquitetos enfrentam ao navegar nesta diretiva nos diferentes Estados-Membros?

Cada Estado-Membro tem os seus próprios requisitos nacionais para um cidadão se tornar arquiteto. Nos países escandinavos, qualquer pessoa pode trabalhar como arquiteto e usar o título. Não têm uma proteção de título, são regulamentados de uma forma diferente do que, por exemplo, na Alemanha ou na Polónia. Portanto, cada país é diferente, mas temos um mercado único. Assim, todos os Estados-membros concordaram

que os requisitos mínimos estabelecidos no DQP constituem a via para o reconhecimento automático, independentemente das regras aplicáveis a nível nacional. Cada Estado-Membro pode ser diferente, porque temos origens culturais e leis de construção diferentes, mas se quisermos avançar, é necessária uma norma mínima. Diria que é essa a vitalidade e a beleza da Europa. A diversidade é uma coisa maravilhosa de que desfrutamos na Europa.

Que papel acredita que organismos como a Ordem dos Arquitectos e a ENACA desempenham na definição do futuro do ensino da arquitetura e da mobilidade profissional na Europa?

Podemos dizer que o DQP é uma ferramenta que torna possível a mobilidade profissional, é uma peça legislativa impressionante. Data de 2005 e continuamos a acreditar, no Conselho dos Arquitectos da Europa, que não são necessárias alterações aos 11 pontos do artigo 46º - que descrevem o que a formação em arquitetura deve abranger para garantir a competência dos arquitectos - porque o conteúdo está descrito de tal forma que quaisquer novos elementos podem ser resumidos nos pontos existentes sem qualquer problema.

As instituições também desempenham um papel importante. Por exemplo, a ENACA (Rede Europeia de Autoridades Competentes dos Arquitectos) funciona como uma rede técnica porque as autoridades competentes podem ser câmaras ou ministérios, pelo que a ENACA não pode ser política, apenas técnica. Mas aí tentamos resolver os problemas com base na confiança e na compreensão mútua do que se está a passar nos diferentes países.

O Conselho de Arquitectos da Europa é político. No CAE, discutimos efetivamente alterações na legislação que temos de defender. Por outro lado, aprendemos uns com os outros - exemplos de boas práticas que podem ser usados como modelo para outros, por exemplo, para apoiar os países que estão a passar por más experiências. A Ordem dos Arquitectos de Portugal faz parte destas duas entidades e contribui com o seu conhecimento, o que é muito importante. E a nível europeu, o CAE e a ENACA são os únicos locais onde estes intercâmbios podem acontecer. Os arquitectos estão organizados politicamente no CAE e tecnicamente na ENACA.

Como vê o papel dos arquitectos na promoção de soluções sustentáveis, particularmente em projetos que envolvam a renovação de edifícios existentes e com relevância patrimonial?

Até 2019, antes de Ursula von der Leyen iniciar o seu primeiro mandato como Presidente da Comissão Europeia, discutíamos apenas novos edifícios e eficiência energética. Com o Pacto Ecológico, a lei do clima, uma estratégia de renovação e uma reformulação da Diretiva relativa ao desempenho energético dos edifícios (EPBD), Ursula van der Leyen iniciou um debate totalmente novo. Ficou muito claro que o parque imobiliário existente e a sua renovação têm um enorme impacto nas alterações climáticas. E foi uma mudança de paradigma.

A mudança de paradigma é também que temos de cuidar da nossa natureza e encontrar formas de a preservar e também de a restaurar,



“A Ordem dos Arquitectos faz parte destas duas entidades e contribui com o seu conhecimento, o que é muito importante.(...) Os arquitectos estão organizados politicamente no CAE e tecnicamente na ENACA.”

o que é um tema novo. Temos, portanto, uma mudança de paradigma em relação a uma série de novos atos legislativos a nível europeu. Isto significa que, de repente, estamos a concentrar-nos no parque imobiliário existente - e esse é um novo mercado, onde os arquitectos são inovadores, qualificados e competentes. Na minha opinião, eles são parte da força motriz, porque trabalham num ecossistema maior. A nível europeu, é importante que todos trabalhem em conjunto: decisores políticos, administradores, arquitectos, urbanistas, engenheiros. Só trabalhando em conjunto conseguiremos fazer a mudança. E há uma enorme carga de trabalho.

Isto está relacionado com o património e a herança. Porque, por um lado, se um edifício está protegido, está assegurado de uma certa forma no que diz respeito à qualidade, mas trata-se de uma percentagem mínima do parque imobiliário global existente. Temos uma enorme percentagem de edifícios culturalmente relevantes dos anos 50, 60, e agora também dos anos 80, que ainda não estão protegidos, mas que continuam a acrescentar valor cultural ao tecido da cidade, ao bairro, criando assim identidade. E temos de olhar atentamente para isso, para podermos manter uma renovação de alta qualidade desta parte do parque imobiliário. Esse vai ser o desafio no futuro. Estamos no meio de uma transformação e os arquitectos têm de encontrar o seu papel.

Se as universidades são os principais locais onde a educação sobre estas questões pode ser providenciada aos estudantes, o que devemos fazer enquanto Ordem para persuadir os nossos colegas que já exercem profissionalmente?

Penso que uma das formas é através de boa formação contínua que as instituições de ensino proporcionam. Também acredito na atribuição de prémios a boas práticas que espelhem a situação em que nos encontramos e que pratiquem a um nível de elevada qualidade. Quando as instituições atribuem prémios, devem verificar os valores que pretendem recompensar. Penso que pode ser muito influente atribuir prémios à arquitetura que lida com a reabilitação, mas também às pequenas intervenções. Nem sempre são as grandes intervenções, mas por vezes são as pequenas que fazem a mudança num bairro. Trata-se também de aumentar a consciencialização e o debate sobre o tema. Penso que a profissão de arquiteto sempre esteve exposta a mudanças e até agora sempre sobreviveu. Não somos os mais entusiastas no que toca à mudança, mas adaptar-nos-emos se a pressão vier do exterior. Trata-se da sobrevivência do mais apto. Por conseguinte, penso que as instituições desempenham um papel muito importante na sensibilização e na defesa junto dos decisores políticos a nível nacional e europeu, bem como junto das estruturas financeiras, como os bancos e as seguradoras, porque estamos realmente inseridos neste enorme ecossistema em que o aspeto financeiro também desempenha um papel importante.

Por conseguinte, gostaria de destacar a recente iniciativa de cidadania europeia que é a “HouseEurope!”. Trata da renovação, da habitação, e tem como objetivo recolher um milhão de assinaturas durante o próximo ano. Se essas assinaturas forem válidas, e por mais de sete Estados-membros,



“(...) pode ser muito influente atribuir prémios à arquitetura que lida com reabilitação, mas também às pequenas intervenções. Nem sempre são as grandes intervenções, mas por vezes são as pequenas que fazem a mudança num bairro.”

a Comissão Europeia tem de responder à legislação proposta. São os cidadãos que solicitam à Comissão que se delibere sobre o assunto, o que é realmente uma abordagem ativa do lado dos arquitetos em relação à Comissão para repensar a sua legislação e, portanto, também serão necessárias muitas assinaturas portuguesas!

Nos últimos anos, mais de 2600 arquitetos portugueses pediram para trabalhar no estrangeiro. Que fatores considera que estão a impulsionar esta tendência na Europa? Há alguma coisa que o Conselho dos Arquitetos da Europa possa fazer para atenuar este êxodo de profissionais dos seus países de origem? Ou acha que isso é positivo?

Tem aspetos positivos e negativos. É positivo porque mostra que o mercado de serviços funciona. Se alguém quiser trabalhar noutra localidade, pode fazê-lo. Se olharmos para o mercado a longo prazo, vemos que os países recetores podem, a certa altura, tornar-se também países exportadores. Por exemplo, na Alemanha, em 2005, quando havia uma recessão no setor da construção, o resto da Europa estava a prosperar. Muitos estudantes de arquitetura alemães foram para Espanha, Reino Unido, Portugal. Mas agora, por exemplo, diria que há seis anos atrás, tínhamos uma situação económica muito boa no setor da construção na Alemanha e tínhamos falta de arquitetos, e jovens arquitetos de Portugal e de outros países vieram trabalhar para a Alemanha. A experiência que os proprietários de gabinetes nos explicaram é que há gabinetes na Alemanha com quatro, cinco, seis nacionalidades diferentes a trabalhar no gabinete e consideram isso valioso. Estes são, por assim dizer, os aspetos positivos.

O aspeto negativo é para o país exportador. Se tantos arquitetos saem de Portugal, ficamos com muito trabalho e menos arquitetos para o realizar. A questão que se coloca é: quem lida com o volume de trabalho em Portugal e será que os arquitetos vão regressar? Investe-se nos jovens, há um investimento também dos gabinetes em empregados, e depois esses empregados vão-se embora. Em geral, diria que é importante para uma profissão manter a mobilidade e, na minha opinião, a consequência deveria ser pensar em como melhorar o ambiente de trabalho no país exportador.

Sei que existe *dumping* em relação aos preços em Portugal, e penso que essa é uma das principais razões que levam as pessoas a sair do país, porque não se ganha dinheiro suficiente, e tem-se uma família, despesas do escritório, habitação, renda... Por isso, digamos que existem diferentes parâmetros económicos que pressionam os arquitetos.

Penso que é muito importante que a situação económica dos países melhore. E isso não pode ser feito pelos arquitetos, porque fazemos parte do sistema. Também é necessário tomar decisões políticas, por exemplo, para acelerar o setor da construção. Podem ser decisões políticas como a tributação para baixar os preços dos imóveis. Por exemplo, as ideias de *community land trust* funcionam muito bem em França, o que significa que o custo da propriedade é separado do custo do edifício, resultando em menos especulação.

Como avalia as condições de trabalho e de remuneração dos arquitetos na Europa? Existem países que são exemplos positivos na criação de ambientes de trabalho que atraem e retêm arquitetos talentosos?

Temos o Estudo Sectorial onde temos uma visão de todos os países e, se bem me lembro, os países escandinavos estão bem posicionados, e depois temos a Itália e Portugal que estão com dificuldades. Não se trata apenas de um problema português. Há vários países numa situação semelhante e, em geral, o salário médio não é elevado para os arquitetos.

Com a digitalização e a introdução de novas tecnologias no setor da construção, como o BIM, que impacto espera que estas ferramentas tenham na prática da arquitetura nos próximos anos e como podem os arquitetos preparar-se para estas mudanças?

A única forma de nos prepararmos é melhorando as nossas competências. Aprender, aprender, aprender. Depois, acredito que terá um grande impacto. Especialmente a inteligência artificial, porque vai mudar não só a profissão de arquiteto, mas todas as profissões intelectuais. Por isso, temos de estar conscientes de que isto está a chegar. Mais uma vez, os arquitetos têm de se adaptar e reconhecer possíveis oportunidades. Por exemplo, com a IA, talvez possamos ter trabalhos repetitivos ou desenhos pormenorizados tratados pela IA. Assim, talvez possamos encontrar outras áreas em que a nossa competência no domínio da inteligência artificial seja mais necessária. Por exemplo, se a IA calcula 1000 possibilidades diferentes para uma parcela, então a questão é: de onde vem a informação? Poderemos fazer parte da gestão do conhecimento da IA? Será que somos donos desse conhecimento? Não o devemos dar de graça. Devemos ser donos do conhecimento que temos enquanto profissionais e não cedê-lo às grandes empresas, como a Google. Portanto, trata-se de organizar o nosso conhecimento digital e também de sermos curadores do resultado, e depois liderar o processo de tomada de decisões que a inteligência artificial apoia através das suas fantásticas possibilidades de cálculo.

Nos anos 90, os arquitetos eram responsáveis pela criação e tínhamos os desenhadores concentrados em produzir desenhos de qualidade. Tínhamos a perceção de que havia mais tempo para pensar nos projetos. Quando o AutoCAD chegou, fez-nos trabalhar mais depressa. Deixámos de ter desenhadores e passámos a dividir o tempo entre a criação e o desenho. Hoje, preocupa-nos que a inteligência artificial nos exija trabalhar ainda mais depressa, porque temos uma ferramenta que supostamente facilita o trabalho. Neste processo, teremos tempo para pensar nos projetos?

Sim, esse é um aspeto interessante. Quanto mais depressa trabalhamos, maior é a velocidade com que se espera que trabalhem. Seremos mais lentos na resposta torna todo o processo mais lento. Talvez devêssemos pensar nas áreas em que o processo pode e deve ser acelerado, para encontrarmos mais tempo para o processo criativo e não sermos pressionados por fatores externos.

Mas, numa nota positiva, apesar destas mudanças, penso que ainda temos grandes exemplos de arquitetura como no passado. Mesmo que a situação seja mais stressante e desconfortável, desde que o resultado seja de qualidade, eu diria que o sistema funciona.

O que não podemos é lidar com um contexto político e económico que nos impede de realizar um bom projeto, com ou sem IA. Penso que isso é muito pior do que qualquer inteligência artificial. Precisamos que os gabinetes sejam capazes de produzir, porque um gabinete é também uma empresa e tem de funcionar em termos financeiros, mas é preciso o reconhecimento pelos decisores políticos de que o trabalho dos arquitetos é para a sociedade.



“O que não podemos é lidar com um contexto político e económico que nos impede de realizar um bom projeto, com ou sem IA. Penso que isso é muito pior do que qualquer inteligência artificial.”



RUTH SHAGEMANN COM OLGA MIHALIKOVA (CHAIR DA ENACA)